

REFLEXÕES ACERCA DA NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ATUAIS

Renally Vital da Costa/ UFCG/ renallycostaufcg@gmail.com

Luciana Leandro da Silva/UFCG/ luleandro@gmail.com

1. Introdução

O texto apresenta algumas reflexões que partem de uma pesquisa sobre os desdobramentos do Sistema de Avaliação Municipal da Aprendizagem no trabalho docente em escolas da rede municipal de Campina Grande – PB, e tem por objetivo geral discutir o conceito de trabalho desde uma perspectiva histórica e, mais especificamente, como esse processo constituiu a natureza do trabalho docente. Por meio de revisão bibliográfica discute-se, inicialmente, o conceito de trabalho, como elemento fundante do ser humano buscando compreender as transformações históricas que levaram ao conceito de trabalho atual. Em seguida, discute-se a natureza do trabalho docente como produto desse processo histórico que, influenciado pelo modo de produção capitalista, assume traços mais próximos a tese da proletarização, especialmente no contexto atual no qual as políticas de avaliação externa e de currículo outorgam aos docentes um papel secundário no planejamento e na definição das prioridades educacionais em sala de aula. A tese da proletarização do trabalho docente parte do ponto de vista de que o professor é um trabalhador assalariado, que passa por um processo de desqualificação, no qual se identifica perda do controle sobre o processo de trabalho e perda de prestígio social (HYPOLITO, 1997).

2. Desenvolvimento

O trabalho significa para o homem sua objetivação no mundo, a exteriorização de sua personalidade, a forma como se diferenciou de outros animais e a maneira como sustenta sua existência (MAYA, 2008, p. 33). Compreendemos que essa ação humana não implica apenas produzir objetos concretos, mas também objetivos a serem alcançados ou a serem realizados. Sanchez Vasquez (1986, *apud* MAYA, 2008, p. 33) apresenta o termo práxis à palavra trabalho para “designar a atividade humana que

produz objetos, sem que por outro lado esta atividade seja concebida com o caráter estritamente utilitário que se interfere no prático na linguagem comum”.

Ao refletir sobre a trajetória das diferentes formas de organização do trabalho no processo de produção capitalista (taylorismo/fordismo e toyotismo) percebemos que o trabalhador se adapta e é controlado no processo de trabalho. Nessa perspectiva de análise, compreendemos que a avaliação externa em curso no país, tem contribuído como estratégia de controle do trabalho docente.

O fordismo apontou a responsabilização individual e incitação da competição e gestão por iniciativa e incentivo aos trabalhadores que podiam ser identificados igualmente. Esse modelo foi universalizado e combinado com as técnicas de administração científica tayloristas. Além de servir de subsídios do modo de produção anterior, esse modelo propôs a divisão do trabalho intelectual (planejamento) do trabalho mecânico (execução) segundo critérios de inferioridade mental.

No modelo de produção toyotista ou acumulação flexível, o trabalho parcelado sobre o trabalhador se destacou. Conforme Taylor (1990, p. 42 *apud* BATISTA, s/d, s/n), nesse modelo “a tarefa é sempre regulada, de sorte que o homem, adaptado a ela, seja capaz de trabalhar durante muitos anos, feliz e próspero, sem sentir os prejuízos da fadiga.

Na mudança do modo de produção, o homem acabou perdendo o controle do processo de produção, este não mais pensa no seu fazer de forma totalitária, mas de forma fragmentada. Com a industrialização do século XIX nasce o capitalismo a consagrar a dialética, trabalho e capital. Nesse cenário o trabalhador perde sua autonomia dos meios de produção, do planejamento e do processo de trabalho, o subjugua aos domínios do capitalista com o seu tipo de estruturação laboral. As relações de trabalho são levadas pela cooperação do trabalhador, na sua co-responsabilidade do progresso, exacerbando uma divisão social em classe entre capital e trabalho.

Baseando-se em uma abordagem marxista, Maya (2008) afirma que o trabalho docente assumiu um duplo caráter na sociedade capitalista. No sentido positivo por de certa forma a atividade criou o homem, e constituiu-se em uma dimensão fundamental

para a sua personalidade e no sentido negativo, por a sociedade de classe assumiu uma função alienadora.

Nessa perspectiva, na lógica da produção de mercadorias, a burguesia procura estratégias para contribuir para a passivização do trabalhador, para seu enquadramento dentro das condições sociais prescritas, obstaculizando a participação social para a produção própria da vida. Assim, as necessidades dos trabalhadores são moldadas a partir da inculcação massiva de valores desvinculados de sua realidade concreta, tais como os “símbolos de status ou prestígio social” (MAYA, 2008, p. 44).

Assim como o trabalho exigia um novo perfil de operário para atuar nas fábricas, o trabalho do professor também exigiu um novo perfil. A tese da proletarização do trabalho docente, parte do ponto de vista de que o professor é um trabalhador assalariado, que passa por um processo de desqualificação, no qual se identifica perda do controle sobre o processo de trabalho e perda de prestígio social (HYPOLITO, 1997).

Na escola, o professor assalariado, vende sua força de trabalho cujas formas de realização do seu trabalho já foram pensadas em sua formação, e acaba por não possuir controle do seu próprio trabalho.

Miranda (2007) aponta que o trabalho docente se diferencia dos demais, por estar inserido no âmbito do “trabalho imaterial” e que embora seja uma boa direção para análise, discorda apenas com a afirmação que “a produção não material não esta diretamente vinculada ao modo de capitalista de produção”. Para a autora, o trabalho docente não se submete plenamente ao modo capitalista, por este ter uma margem de autonomia para atuar e transformar sua realidade.

Como se vê, no que respeita às relações entre educação e sociedade, concebe-se a educação como uma ampla margem de autonomia em face da sociedade. Tanto que lhe cabe o papel decisivo na conformação da sociedade evitando sua degradação e, mais do que isso, garantindo uma construção de uma sociedade igualitária (SAVIANI, 2012, p. 4).

Nesse sentido, podemos compreender a avaliação externa em larga escala como uma das estratégias que objetivam determinar a prática docente, no sentido de que esta

direciona ao professor o que irá ser validado como conhecimento em uma avaliação nacional. Dessa maneira, além de interferir no currículo, propõe práticas que objetivam treinar o aluno para que este obtenha desempenho satisfatório nos testes. O ensino baseado nessa perspectiva o trabalho docente é controlado e imposto aos docentes. Nesse sentido, o docente também sofreu a perda do controle e da dimensão de totalidade do seu trabalho.

3. Conclusão

O trabalho propriamente dito se constitui fundante para a vida humana e tem passado por transformações. Após a consolidação do capitalismo, este consegue moldar os seres humanos para atender aos interesses da burguesia. Na perspectiva histórica, os homens perdem o controle dos meios de produção e do planejamento de sua atividade. O trabalho docente vem caminhando nessa perspectiva, já que as políticas educacionais que permeiam as escolas, exigem um professor pragmático que não se preocupe em refletir sobre sua prática, apenas execute técnicas pré-estabelecidas. Vê-se na atualidade um intenso processo de proletarização do trabalho docente, mas acredita-se que há margem de autonomia, há muitos sindicatos organizados e muitos/as professores/as que buscam cotidianamente exercer seu trabalho para além daquilo que exigem as avaliações e as políticas curriculares atuais, eles são sujeitos históricos ativos nessa disputa por retomar o controle do processo do seu trabalho.

4. Referências

BATISTA, Erika. Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf>. Acesso em: 14 set 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educ. Soc, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr/jun. 2012.

HYPOLITO, A. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. São Paulo: Papyrus, 1997.

LAUDARES, João Bosco. As relações de trabalho numa sociedade capitalista. A sociedade tecnizada e capitalista. Revista tecnologia e sociedade. Curitiba, n. 1º semestre, 2006.

MAYA, Paulo Valério Ribeiro. Trabalho e tempo livre: uma abordagem crítica. In JACQUES, MGC., et sl. Org. Relações sociais e ética [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas sociais, 2008.

MIRANDA, Kênia. A natureza do trabalho docente na acumulação flexível.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.